

Brossard vê natural a divergência

Salvador — "Não tem nenhum sentido, nenhum significado". Assim reagiu ontem, nesta capital, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao comentar sobre a possibilidade defendida por setores de esquerda do PMDB favoráveis à retirada do apoio ao presidente Sarney.

Brossard, que veio a Salvador para instalar a primeira vara agrária do País, considerou as divergências entre o PMDB e PFL como "fatos naturais", que serão superados brevemente. Disse que a onda de greves enfrentadas pelo País preocupa, mas observou que isto faz parte do jogo democrático.

— Nós saímos de um regime autoritário e parece que há uma tendência de se fazer tudo de uma forma muito individualista. A greve normalmente é o termo final de uma negociação mal sucedida. Agora, há determinados grupos que começam pela greve para depois negociar. É uma inversão das regras democráticas — salientou.

Brossard não acredita

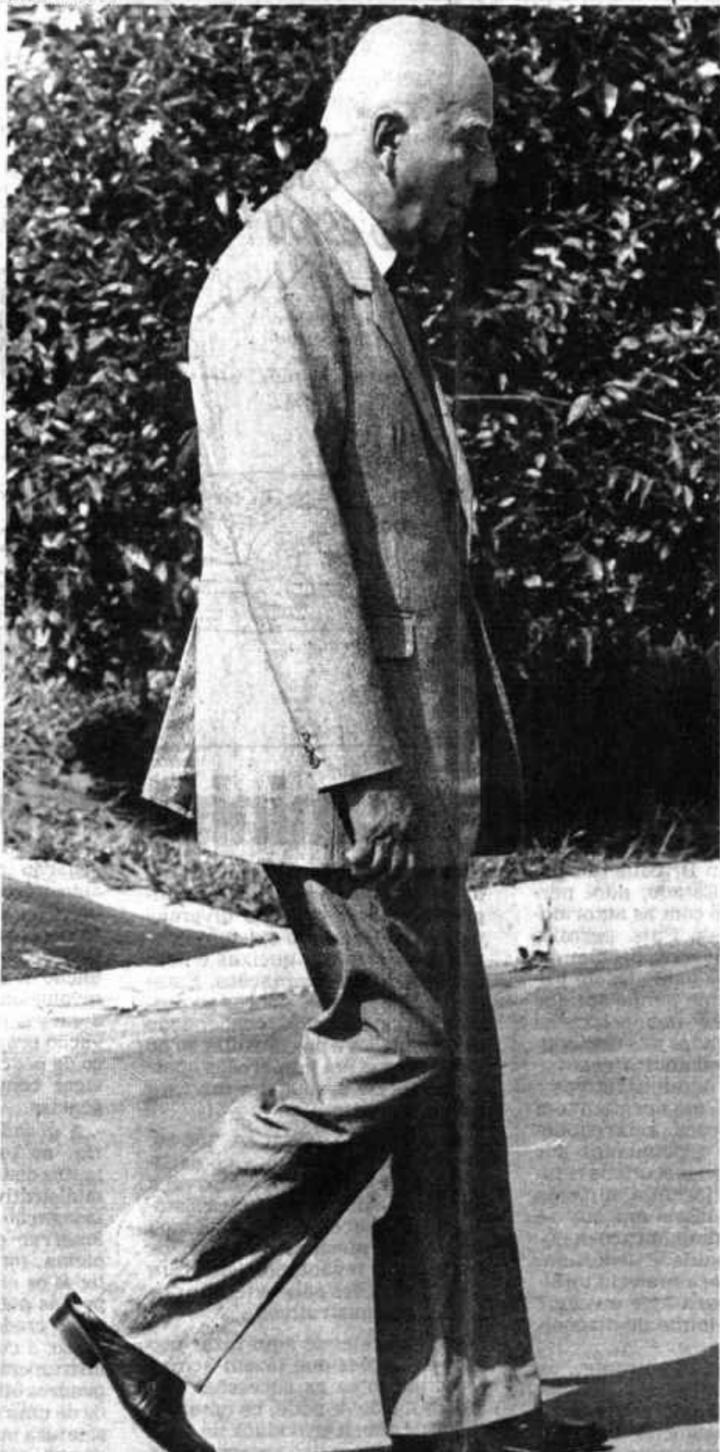
em retrocesso, em desestabilização do regime democrático e muito menos em golpe militar.

— Esta hipotese de golpe militar é injuriosa às Forças Armadas do Brasil, que neste período de transição têm sido impecáveis, exemplares e solidárias com o esforço do Governo no sentido de promover a transição democrática.

Para o ministro da Justiça, nos dois anos do governo Sarney só tem havido progresso no sentido da "complementação, da integração institucional democrática no País. Com dificuldades, com problemas, mas invariavelmente tem havido progresso".

Afirmou que "uma hipótese como esta" só poderia mesmo ter origem no exterior, numa redação de jornal New York Times que por mais capacitada que seja não tem conhecimento objetivo, seguro e real da situação do País. Que o New York Times diga isto lá, eu compreendo. Mas que se repita isto aqui é que me parece uma coisa completamente sem sentido".

GILBERTO ALVES



Ulysses embarca para Carajás. Por segurança, não foi no avião de Sarney

Aureliano não vai a Carajás e surpreende

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, foi o grande ausente à visita do presidente Sarney e do seu colega Mário Soares ao projeto Carajás, esquivando-se de comentários de que ele não estaria viajando com o presidente Sarney para não comprometer sua imagem, diante dos baixos índices de popularidade do chefe do Governo, embora seu Ministério seja responsável pelo empreendimento.

Dos ministros de Estado, somente Abreu Sodré, das Relações Exteriores, e

Bayma Dennis, do Gabinete Militar, acompanharam o Presidente da República que, em compensação, viajou em companhia dos líderes Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, e José Lourenço, do PFL. Ulysses Guimarães, o tripresidente, foi a Carajás em avião separado por força da lei e por uma questão de bom senso. Ao chegar, abraçou afetuosamente o presidente Sarney, que comentou: "Que saudade, hein?".

Ulysses negou que houvesse viajado para discutir com o Presidente da Repu-

blica a crise entre o PFL e o PMDB. Negou a existência de atritos e garantiu que a Aliança Democrática será revigorada na próxima 2ª feira, com os entendimentos sobre a composição das comissões da Constituinte.

Aureliano, que ficou em Brasília, disse estar convencido de que o PFL está sendo bem conduzido, observando que o partido agiu certo ao decidir não participar da Mesa-Diretora da Assembleia Nacional Constituinte, devido ao comportamento do PMDB.

Quércia ajuda a definir mandato

São Paulo — O governador Orestes Quércia procurará nos próximos dias os seus colegas dos outros Estados para discutir a definição do mandato do presidente José Sarney pelo Congresso Constituinte. No último encontro que teve com o Presidente em Brasília, quarta-feira, Quércia comprometeu-se em ajudá-lo, conversando com as demais lideranças do PMDB, após ouvi-lo se queixar da falta de definição em relação à duração de seu mandato.

— Seja quatro, cinco ou seis anos, o PMDB precisa chegar a uma definição sobre o assunto. Na minha opinião, o mandato poderia ir até 1988 com mandato tampão de dois anos, ou até 1989 com o tampão de um ano, desde que as eleições aconteçam em 1990 junto com a do futuro Congresso Nacional, afirmou o governador.

Quércia contou que Sarney reclamou que a falta de definição do mandato estaria comprometendo as negociações da dívida externa. "Prejudica o País lá fora porque os credores não sabem se estão negociando com o governo que vai durar mais um, dois ou três anos. Sarney é pela definição do mandato em cinco anos e pretendo colaborar no sentido de acelerar a discussão no PMDB", disse o governador, que também conversará com a bancada

Paulista de todos os partidos na Constituinte.

A Aliança Democrática, segundo Quércia, deve ser mantida porque o Presidente tem ligação com os dois partidos. Ele discorda da posição do senador Afonso Camargo de que a Aliança só existe no papel. O impasse do PFL com o PMDB só existe a nível de Constituinte, por isso também discorda de Camargo em relação ao PMDB rever a posição do partido no Governo Federal: "não creio que seja necessário".

REFORMA

O governador do Rio, Moreira Franco, espera ser convocado pelo presidente Sarney para conversar sobre a reforma ministerial. O governador mostrou essa disposição após participar ontem, no Palácio Guanabara, de assinatura de convênio, no valor de Cr\$ 15 milhões, entre o Inamps e a Secretaria de Justiça, para tratamento dos presidiários contra as doenças infecto-contagiosas, que contou com a presença do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães.

O governador do Rio quis aprofundar a sua posição sobre a reforma ministerial, observando que agora, mais do que nunca, o estado do Rio precisa ser ouvido sobre a reforma, se ela for realmente feita. Ressal-

tou, no entanto, que cabe ao presidente da República, num regime presidencialista, admitir e demitir os seus auxiliares. Para Moreira, é importante que o Presidente ouça o Rio sobre essa questão da reforma do ministério.

O governador Moreira Franco não quis examinar a crise política existente entre o prefeito Roberto Saturnino Braga e os vereadores, que ameaçam votar o impeachment do chefe do poder executivo do Rio. Moreira declarou, no entanto, que "o prefeito Saturnino Braga, pela sua experiência e prática política, tem a compreensão do funcionamento das instituições e saberá encontrar o caminho da plena colaboração com os vereadores".

O ministro Raphael de Almeida Magalhães, ao deixar o Palácio Guanabara, evitou fazer maiores comentários sobre a reforma ministerial, mas acabou manifestando-se contra o ato de renúncia coletiva, porque isto, no seu entender, daria a aparência de uma crise política inexistente. Raphael observou que o problema foge da sua alçada e que é o presidente da República quem cuida desse assunto. Raphael aproveitou para lembrar que a colaboração entre os governos estadual e federal começava pelo Ministério da Previdência, porque ele é o ministro do Rio.

"Aliança por um fio"

Belo Horizonte — O presidente nacional em exercício do Partido da Frente Liberal (PFL), deputado Maurício Campos, afirmou ontem que a Aliança Democrática "está por um fio e sua manutenção a nível federal depende somente de uma ação eficaz do presidente José Sarney", acrescentando que, se o Presidente da República não agir com urgência, "este pacto político, que permitiu o surgimento da Nova República, vai acabar".

Maurício Campos disse também que "um racha é iminente" na aliança e que o episódio do confronto na eleição da mesa da Constituinte "apenas precipitou antigas divergências entre

PFL e PMDB. Para superá-las, precisamos de um meticuloso trabalho de costura política e só o Presidente da República poderia realizá-lo".

"Este diálogo deveria identificar os pontos de interesse que ainda existem nas relações entre os dois partidos", continuou Maurício Campos, informando que o clima na bancada do PFL "é de completa insatisfação". Segundo revelou, vários deputados da bancada federal estão exigindo "um rompimento imediato com o PMDB, o que significaria um afastamento automático também do Governo, pois como poderíamos brigar com o primeiro e apoiar o segundo?".

Tática do PFL será retaliação

O PFL pretende adotar mecanismos de retaliação contra o PMDB como forma de manifestar seu descontentamento com os episódios envolvendo a composição da mesa da Constituinte. Para isso programou uma atuação em diligentes das sessões, mas não quer estender esse comportamento às Comissões, reconhecendo que, nesse caso, estaria prejudicando a elaboração da nova Carta.

Ao dar essa informação, o vice-líder Alcení Guerra (PR) disse que os episódios envolvendo a composição da mesa desgastaram a Aliança Democrática e podem facilmente influir negativamente no processo de transição democrática, com o rompimento na sua opinião, inevitável.

— Se a transição democrática não der certo, somente um segmento da sociedade está preparado para assumir o poder: a direita com os militares — advertiu ainda o vice-líder pedetista, certo de que o conflito entre o PFL e o PMDB afetou esse processo. Mas essa não é a opinião do 1º vice-líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), para quem esses problemas serão superados rapidamente na próxima semana, já que outros interesses farão com que falte vontade e disposição para manter o conflito.

Ibsen Pinheiro discorda também das advertências

de Alcení Guerra a respeito do fim da Aliança Democrática. Na sua opinião, não existem riscos ao processo de transição, nem um rompimento à vista, mas apenas fatos isolados e normais da convivência entre dois partidos tão diferentes, mas empenhados na tarefa comum de sustentação do Governo.

"Convivemos com o PFL da mesma forma que lidamos com os demais partidos", prosseguiu, "ou seja, marcados pela diferença. Mas daí a admitir discriminação na transição democrática é excessivo".

Os dois vice-líderes partidários concordam nas suas declarações apenas num ponto: que a Aliança Democrática não funcionará na Constituinte. Para Ibsen, até o próprio laço partidário se atenua, deixando que as definições sejam ideológicas e de consciência.

Guerra revelou ainda que a campanha pelas diretas já do PFL é para valer. Citou até os nomes dos ministros Aureliano Chaves e Marco Maciel como os melhores candidatos à sucessão presidencial. Contudo, está certo de que somente com o apoio das lideranças e do diretório nacional poderiam caminhar em direção oposta a do PMDB.

Mas, aí, o PFL encontra nova dificuldade, pois segundo Alcení Guerra, existe gente no partido que não quer reunir o diretório nacional.

PT abre campanha por diretas já

O Partido dos Trabalhadores realizou ontem à noite, em Vitória-ES, o primeiro de alguns atos públicos que devem redundar em lançamento da campanha de eleições diretas imediatamente após a promulgação da Constituinte. O ato de ontem, que faz parte das atividades da plenária popular de participação na Constituinte, vai contar com a presença do presidente nacional do PT, Luiz Ignacio Lula da Silva.

Quanto a outros atos de igual natureza, a liderança do partido esclarece não ter datas marcadas, sendo, sempre, em decorrência de programações anteriormente marcadas pelas direções regionais. Em Vitória, por exemplo, haveria uma manifestação de lideranças rurais do partido e evoluiu para essa manifestação.

Comissão não vai discutir

O mandato do presidente José Sarney não será sequer discutido pela Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo. Segundo o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), candidato a relator daquele grupo constitucional, se não for decidido em forma de preliminar, como propôs o PT, o assunto só cabe nas disposições transitórias da nova Carta Magna.

A Comissão, de acordo com Egidio, caberá apenas determinar a duração dos futuros mandatos presidenciais. Considerado pelo deputado pernambucano como um dos órgãos mais importantes da Constituinte, o grupo de Organização de Poderes decidirá ainda sobre a instituição do parlamentarismo e a limitação das atribuições do Executivo.

O senador José Fogaca (PMDB-RS) também é candidato a relator da comissão, mas Ferreira Lima garante que conseguirá se entender com o colega. Se não obtiver a desistência do seu concorrente, o deputado pernambucano propõe a eleição do relator pela própria Comissão, embora o regimento da Constituinte não preveja esta hipótese: "Assim, evita-se eventual contestação".

Como candidato a relator, deputado Egidio Ferreira Lima promete agir com as comissões.

Com quem ficarão as comunicações?

O projeto da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que transforma os veículos de comunicação em fundações, controladas por representantes dos mais diversos segmentos da sociedade, tais como sindicatos, associação de classes e de moradores, sem finalidade lucrativa, deverá dividir os integrantes da subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação. O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) promete defender o projeto, embora consciente da dificuldade de aprovação na íntegra, mas o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) adianta que é favorável à iniciativa privada, porque "até a Rússia está partindo para isso".

O deputado gaúcho, eleito com o apoio de uma rede de comunicação do seu Estado, acha que devem existir tanto veículos controlados pelo Estado como pela iniciativa privada. O mais importante, na sua opinião, é garantir que estes veículos atuem com liberdade, sem o controle de Poder Executivo, como ocorre atualmente. "Não existe liberdade de imprensa, mas sim liberdade de concessão", argumenta Mendes Ribeiro. "Assim, as emissoras

passam a ser cadastradas do Executivo. As críticas se abatem apenas sobre o Legislativo. O Judiciário sobre porque julga e as forças militares não são tocadas porque são armadas", completa o deputado. Entre as suas propostas para a Constituinte está a formação de uma comissão, integrada por representantes do Executivo, Legislativo e órgãos de comunicação, para estabelecer os critérios de concessões e as normas para cassar estas concessões, o que só acontecerá depois de sentença julgada. Outra preocupação do deputado é impedir a formação de monopólio de comunicação, seja estatal ou privado.

Nestes aspectos, Ribeiro tem a concordância do deputado pedetista. Caó entende que o problema central da comunicação no País está justamente nas concessões. "No momento, apenas uma pessoa, um ministro de Estado, distribui concessões a quem bem entende, a apaniguados e protegidos. Isto precisa sair da órbita do Executivo e passar a ser competência do Congresso Nacional. Também precisamos reduzir o prazo para a renovação da concessão, que é de 10 anos".